

Os conflitos árabe-israelenses e as estratégias empregadas por Israel desde a criação do seu Estado*

*Roberto Tailor Souza da Silva***

RESUMO

Em 14 de maio de 1948, alguns países árabes invadiram o Estado judeu e foram derrotados no primeiro de uma série de conflitos árabe-israelenses.

Até o ano de 1973, outros três grandes conflitos ocorreram – a Guerra do Sinai (1956), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973).

PALAVRAS-CHAVE

Conflitos árabe-israelenses. Estratégias israelenses.

Os conflitos entre árabes e judeus pela posse da Terra Santa é anterior ao nascimento de Cristo e recrudesceram após a proclamação do Estado de Israel em 14 de maio de 1948 no território da Palestina.

O objetivo de destruir Israel e de expulsar os judeus daquela região, por parte dos países árabes, aliado ao desejo das grandes potências mundiais – Estados Unidos da América (EUA), ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Inglaterra e França – de controlar as maiores reservas petrolíferas do planeta, localizadas no Oriente Médio, fizeram com que essa região se transformasse numa área de permanente tensão e de importantes conflitos ainda sem desfecho definitivo.

Outros fatores concorrem para a intransigência latente na região, como as diferenças religiosas envolvendo islamitas e cristãos e as diferenças étnicas e culturais dos diferentes povos que habitam a região: muçulmanos, judeus,

assírios, libaneses, egípcios, curdos, xiitas, sunitas, turcos e outros, que foram obrigados a conviver, em vários casos, num mesmo território, à semelhança do que ocorrera, no século XIX, no continente africano.

Nesse cenário, onde o sonho da paz é permanente, mas a sua concretização é tão distante, Israel conseguiu não apenas sobreviver, como também sobrepujar seus vizinhos, comparativamente, em todos os campos do poder (econômico, político, psicossocial, militar e científico-tecnológico), a despeito de possuir um pequeno território, uma população reduzida, não possuir reservas petrolíferas e ter pouco mais de meio século desde a sua criação.

O judicioso emprego dos recursos econômicos, voltados para o desenvolvimento científico-tecnológico e militar do país, aliado a um estreito relacionamento com as potências ocidentais, sobretudo com os EUA tem propiciado uma vantagem considerável de Israel sobre o mundo árabe, o que não contribui para diminuir o ódio aos judeus nem serve de garantia contra a ocorrência de novos conflitos em grande escala.

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Major de Engenharia e de Estado-Maior.

Conflitos de baixa intensidade como a Primeira e a Segunda Intifada (guerra de pedras) – promovida por palestinos contrários à invasão judaica de seus territórios e campos de refugiados – e a série de atentados promovida por radicais islâmicos contra os judeus, dentro e fora do território de Israel, também contribuem para manter esse povo em permanente estado de alerta quanto à sua segurança e à necessidade de estarem prontos para combater a qualquer momento.

Porém, não é só a capacidade psicológica e operacional dos judeus que tem garantido a sua sobrevivência como nação, mas principalmente uma seqüência de pertinentes e corretas estratégias nacionais, militares e de segurança adotadas por seus dirigentes políticos – independente do partido político que esteja no poder – e seus chefes militares.

O recente conflito promovido por norte-americanos e ingleses contra o governo ditatorial de Saddam Hussein (segunda Guerra do Golfo), sob o pretexto de prevenir um possível ataque com armas de destruição em massa – principalmente com armas químicas – contra os EUA e a Europa, traz nas suas reais intenções a necessidade de garantir o suprimento de petróleo a partir do Iraque – país detentor da segunda maior reserva deste combustível fóssil – e a intenção de empossar um novo governo aliado com os interesses daquelas nações, a exemplo do que ocorre em algumas petromonarquias como a Arábia Saudita e o Kuwait.

A violação do território iraquiano demonstra que a hegemonia norte-americana já não pode ser mantida apenas com as suas reservas minerais e com o trabalho do seu povo, mas que ela será buscada independente da fronteira física das nações.

Nesse contexto, o Oriente Médio assume uma importância vital para o futuro mundial, não só por dispor de imensas fontes de energia, por ser caminho para escoamento da produção de petróleo e gás natural dos países bálti-

cos, mas, também, por abrigar um grande número de grupos guerrilheiros e terroristas que lutam pela destruição de Israel e dos EUA.

Logo, é possível prever que o Oriente Médio continuará sendo uma região marcada por conflitos regulares e irregulares e que Israel terá um papel ativo nesses conflitos, já que é um forte aliado norte-americano na luta contra o terrorismo e no aumento da influência estadunidense sobre a Ásia.

Se, por um lado, a derrubada do regime de Saddam Hussein aumentou, pelo menos a curto prazo, a segurança de Israel, por outro, aumentou ainda mais o ódio dos radicais muçulmanos contra os judeus.

Sendo assim, o presente trabalho pretende dissertar sobre os conflitos entre árabes e judeus e sobre as estratégias nacionais, militares e de segurança já adotadas por Israel nos conflitos contra os países árabes.

Quais foram as estratégias empregadas por Israel nos conflitos contra os países árabes?

Como Israel, um país de reduzidas dimensões territoriais, de pequena população e sem grandes riquezas naturais, tem conseguido enfrentar guerras contra vários países coligados e ser bem-sucedido?

As vitórias obtidas por Israel em todos os conflitos dos quais se viu envolvido contra os países árabes demonstraram a correta adoção das diferentes estratégias em todos os momentos da sua existência como um Estado independente, conforme o quadro na página seguinte.

Os conflitos entre árabes e israelenses e as estratégias adotadas por Israel

Exatamente no dia do término do mandato britânico, em 14 de maio de 1948, os judeus declararam a formação do Estado Judeu de Israel, o qual foi prontamente reconhecido pela ONU.

No dia 15 de maio do mesmo ano, informados com a legalização do Estado de Israel,

Quadro resumo das estratégias adotadas por Israel nos períodos de guerra e entre-guerras

	1948/1949	1949/1956	1956	1956/1967
Método da Estratégia Nacional	Estratégia Direta	Estratégia Indireta	Estratégia Direta	Estratégia Indireta
Forma de Resolução do Conflito	Coerção	Dissuasão	Coerção	Persuasão
Modelo de Planejamento Estratégico Nacional	CVFIM(*)	Ações Sucessivas	CVFIM	Ações Sucessivas
Campo de Atuação da Estratégia Nacional	Manobra Interior/Exterior	Manobra Exterior	Manobra Interior	Manobra Interior/Exterior
Método da Estratégia Militar	Estratégia Direta	Estratégia Indireta	Estratégia Direta	Estratégia Indireta
Estratégia de Segurança	Ação Independente	Defensiva	Presença, Ação Indireta Ofensiva	Presença, Dissuasão, Defensiva
	1967	1967/1973	1973	1973/2004
Método da Estratégia Nacional	Estratégia Direta	Estratégia Direta	Estratégia Direta	Estratégia Indireta/Direta
Forma de Resolução do Conflito	Coerção	Dissuasão	Coerção	Persuasão/Coerção
Modelo de Planejamento Estratégico Nacional	CVFIM	Ações Sucessivas	CVFIM	Ações Sucessivas/CVFIM
Campo de Atuação da Estratégia Nacional	Manobra Interior	Manobra Interior/Exterior	Manobra Interior/Exterior	Manobra Interior
Método da Estratégia Militar	Estratégia Direta	Estratégia Direta	Estratégia Direta	Estratégia Aprox. Indireta/Estratégia Direta
Estratégia de Segurança	Presença, Ação Independente, Ofensiva	Presença, Dissuasão, Ação Ind., Defensiva	Presença, Defensiva, Ofensiva	Presença, Ação Ind., Ofensiva

(*) CVFIM – Conflito Violento com Forte Intensidade Militar.

mesmo sabendo que os palestinos gozariam de uma área exclusiva, forças armadas árabes do Egito, Jordânia, Síria, Líbano, Iraque, Iêmen e Arábia Saudita invadiram Israel para expulsar os judeus do território palestino.

Apesar de inferiores numericamente, as forças israelenses eram mais bem treinadas, equipadas e aguerridas, contando nos seus quadros com pilotos experimentados nos combates aéreos da Segunda Guerra Mundial – como integrantes das tropas aliadas.

O conflito passou a ser chamado de Guerra de Independência de Israel e terminou com a vitória dos judeus no campo militar e com o armistício imposto pela ONU, em julho de 1949, que reconheceu as fronteiras próximas daquelas que haviam sido anteriormente propostas por uma comissão da ONU.



Figura 1 – Israel após a assinatura do armistício em 1949. Fonte: ONU

Seguiram-se outros conflitos como a Guerra do Sinai (1956), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973). Em todas elas, Israel sagrou-se vencedor, mesmo enfrentando uma coligação de países árabes como Egito, Síria

e Jordânia e a despeito do grande apoio militar prestado pela URSS àquelas nações.

Em 1974, Israel e Egito iniciaram as tratativas para selarem um acordo de paz que foi concluído e assinado em 1982, mesmo ano em que Israel envolveu-se na Guerra do Líbano sob o pretexto de eliminar bases guerrilheiras da OLP, criada em 1974 sob o comando de Yasser Arafat com o objetivo de formar uma nação para os palestinos nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

A partir de então, as guerras convencionais foram substituídas pela guerra irregular contra organizações guerrilheiras palestinas apoiadas, sobretudo, por Síria e Irã.

As ações corajosas e fanáticas do Hezbollah, no Sul do Líbano, e do Hammas, nos territórios ocupados (Gaza e Cisjordânia), atraíram a atenção de uma população sofrida graças à repressão e que passou a ver nesses grupos a possibilidade de obter vitórias contra seu principal opressor: o Estado de Israel. Outro aspecto crucial para a evolução de grupos radicais islâmicos no Oriente Médio foi o exemplo da resistência afegã contra o poderio bélico russo, levado a cabo pelos talibãs – jovens idealistas e/ou mercenários universitários – apoiados pelo governo de Ronald Reagan e treinados pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA e pelo Serviço de Inteligência do Paquistão (ISI).

Em 1987, explodiram violentos conflitos (Primeira Intifada) entre israelenses e árabes na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza.

Em maio de 1999, Ehud Barak foi eleito Primeiro-Ministro de Israel e deu prosseguimento a uma aproximação da OLP visando a um plano de paz em definitivo. As conversações entre os dois lados haviam sido iniciadas durante o governo de Itzhak Rabin. Pressionado internamente, com a população israelense descontente com os rumos do processo de paz e com a insegurança interna, Barak, *Premier* israelense, foi perdendo terreno para os conser-

vadores. Dessa forma, em setembro de 2000, cercado de policiais, o General Ariel Sharon fez uma visita à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, lugar sagrado e venerado por muçulmanos do mundo todo, com o intuito de marcar posição na direita israelense, onde disputava espaço com Benyamin Nethanyahu. Essa atitude de Sharon desencadeou a Segunda Intifada, que perdura até os dias de hoje, porém redundou na eleição do velho general para o cargo de primeiro-ministro.

O radicalismo da política de Sharon, praticada contra os palestinos, como a construção do Muro Protetor (muro de concreto que separa os palestinos de Israel), traz à tona a lembrança do Muro de Berlim, chocando e causando revolta na opinião pública mundial. Essa atitude, em vez de demonstrar a busca pela união, caracteriza separação e isolamento e tem feito com que o Hamas mantenha os atentados suicidas em Israel. A resposta israelense é sempre imediata e também violenta, com bombardeios em áreas civis, assassinatos de militantes palestinos e demolições de residências. Esses fatos geram insegurança e provocam um elevado número de vítimas de ambos os lados.

Da análise dos conflitos árabe-israelenses, é possível verificar que três fatores fundamentais concorreram para as vitórias sobre os árabes e para a garantia da existência e crescimento político, econômico e psicossocial de Israel. O primeiro fator é a determinação do povo israelense que comunga com o governo da necessidade de serem alcançados os objetivos nacionais traçados pelo plano político do país, mesmo que isso signifique estar em constante estado de alerta contra agressões externas; o segundo fator é terem adotado como aliados os países certos nos momentos corretos. Foi assim com a França e com a Inglaterra, em 1956, e com os Estados Unidos da América, desde a década de 1960. O terceiro fator é a adoção de estratégias nacionais, militares e de segurança corretas para fazer frente aos

óbices que foram interpostos entre a nação e os objetivos a serem atingidos.

Quanto ao terceiro aspecto é possível verificar o seguinte: Israel sempre manteve estreitamente ligadas as estratégias de Desenvolvimento e de Defesa Nacional. Porque uma falha na Política de Defesa do país colocaria em risco a própria existência do Estado israelense, sem o que não teria como haver desenvolvimento. Por outro lado, a aplicação de eficientes estratégias de defesa nacional só foi possível devido às eficientes estratégias de desenvolvimento praticadas que possibilitaram a alocação dos recursos financeiros necessários para implementar e manter uma poderosa máquina de guerra mesmo quando atuando com limitado apoio externo e contra coligações de países árabes, que detinham populações mais numerosas e economias mais pujantes.

Embora tenham-se utilizado da estratégia indireta, os israelenses empregaram predominantemente a estratégia direta para solucionar seus conflitos. Isso ocorreu durante as guerras de 1948, de 1956, de 1967 e de 1973 e está sendo utilizado atualmente por Sharon com a ocupação militar dos territórios palestinos em Gaza e na Cisjordânia.

Como forma de resolução de conflitos, a coerção foi empregada predominantemente por Israel. A coerção foi adotada por ocasião de sua criação em 1948 e está sendo utilizada atualmente, embora um novo plano de paz tenha sido proposto. Porém, as negociações diplomáticas, no momento, estão coadjuvando as ações do poder militar israelense.

Quanto ao modelo para o planejamento estratégico, os israelenses sempre demonstraram a preferência pelo conflito violento com forte intensidade militar, devido à grande capacidade operacional dos seus quadros militares, à excelente qualidade e à quantidade de seus armamentos e equipamentos bélicos – porque a maioria de suas Forças Armadas é constituída de reservistas que deixam de trabalhar e produ-

zir para combater – e por não disporem de grandes reservas econômicas que possam sustentar um combate prolongado sem um efetivo apoio dos Estados Unidos da América. Por isso, empregaram esse modelo nas guerras do Sinai, dos Seis Dias e do Yom Kippur com pleno sucesso. Porém, após o início das conversações de paz com o Egito, em 1973, os conflitos convencionais foram substituídos pela guerra irregular travada contra grupos guerrilheiros que defendem a causa palestina, o que impede o emprego eficiente desse modelo, já que os conflitos se desenvolvem contra grupos não-regulares e mal armados como a população palestina dos territórios ocupados, tirando a liberdade de ação das forças israelenses. Com isso, o conflito violento com forte intensidade militar deu lugar à adoção das Ações Sucessivas.

No que se refere aos campos de atuação da estratégia nacional, Israel sempre desenvolveu com maestria a manobra interior no que diz respeito ao moral e apoio da população às decisões governamentais de combater seus inimigos, independente dos custos resultantes em vidas humanas. A sobrevivência do Estado de Israel sempre foi colocada acima dos interesses individuais. O reconhecimento e o orgulho da população para com as Forças Armadas também foram fatores determinantes para os sucessos militares alcançados. Por outro lado, os israelenses, na maioria das vezes, agiram sem o reconhecimento externo quanto à legitimidade de suas ações, contando, no entanto, com o apoio de pelo menos uma potência ocidental; na maioria das vezes, os Estados Unidos. Atualmente, no entanto, a própria manobra interior está sofrendo desgastes, com a população começando a indagar se vale o ônus de perder tantas vidas a fim de negar a criação do Estado palestino.

O método da estratégia militar mais utilizado por Israel foi a estratégia direta. Baseado na capacidade militar de suas forças, os israelenses sempre buscaram o máximo de destruição

para as forças adversárias, a fim de garantirem um período maior de preparação para um novo e possível confronto. Durante a Guerra dos Seis Dias, um novo objetivo foi alcançado, que foi a conquista de territórios que aumentassem a sua segurança. Foi assim com a conquista das Colinas de Golan, da Península do Sinai e da Jerusalém Velha. Mesmo detendo armas nucleares em seu arsenal, os israelenses nunca se utilizaram da estratégia nuclear para alcançar seus propósitos políticos ou militares. No entanto, o conhecimento desse poderio faz com que Israel detenha um alto poder dissuasório. É bem possível que o Egito e a Jordânia tenham assinado acordos de paz com Israel, após a derrota do Yom Kippur, por temerem o poderio atômico israelense, hoje estimado entre duzentas e trezentas ogivas nucleares.

As estratégias de segurança mais empregadas por Israel foram a estratégia da presença, da ação independente e da ofensiva. Da presença porque, até a assinatura dos acordos de paz com o Egito e com a Jordânia, Israel sempre esteve cercado de inimigos. Logo, nenhuma parte do seu território podia ser privilegiada em termos de efetivos militares em detrimento de outra. A presença de tropas aptas a combater em qualquer parte do território e em condições de alertar para um iminente ataque inimigo sempre foi condição necessária para a manutenção do Estado israelense. Já a estratégia da ofensiva, visava a eliminar a hipótese de ter seu território seccionado ao meio, caso sofresse um vigoroso ataque da Síria ou da Jordânia. Por isso, Israel sempre partiu para a ofensiva. Com exceção da Guerra do Yom Kippur, quando o Serviço de Informações judeu falhou ao avaliar os riscos de um ataque árabe, o que quase resultou na derrota israelense. Quanto à estratégia da ação independente, ela está ligada à estratégia da ofensiva, pois os israelenses não podiam esperar por apoio das potências ocidentais ou aprovação pela ONU

de uma ação militar contra os países árabes. Se isso ocorresse, os israelenses corriam o sério risco de serem atacados primeiro, perdendo, com isso, os fundamentos da oportunidade e da surpresa.

Com isso, pode-se concluir que Israel vem empregando judiciosamente as estratégias nacional, militar e de segurança, o que lhe garantiu a sobrevivência como nação até o presente momento. Desenha-se, para o futuro, a manutenção da atual situação de intranquilidade para ambas as populações, o que não poderá perdurar por muito tempo, já que o lastimável conflito com os palestinos, marcado por uma guerra *extremamente suja*, tem como maior número de vítimas os civis indefesos. Apesar de o Governo norte-americano apoiar a quase totalidade das ações israelenses contra os palestinos, sob a pretensão de combate ao terror, essa situação tenderá a sofrer alterações, haja vista que essa situação não contribui para os objetivos norte-americanos de exportar o *american way of life* para todo o Oriente Médio. Até por isso, o Governo da Casa Branca deverá forçar seu grande aliado, Israel, a aceitar um plano de paz que resulte na criação do Estado da Palestina nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Por outro

lado, os EUA tentarão convencer a Autoridade Nacional Palestina a aceitar a criação do seu Estado mesmo com parte da Cisjordânia ocupada por assentamentos judaicos e sem o retorno dos demais palestinos que se encontram fora daqueles territórios. Isso até parece impossível por serem desavenças seculares, mas a prova contrária foi o acordo de paz selado entre Israel e Egito na década de 1970. Quanto à aspiração do povo palestino à criação de uma *nação palestina* na *Terra Santa*, ela é perfeitamente legítima, já que os dois povos – judeus e palestinos – tiveram suas origens naquela região e, desde então, dividem o mesmo espaço.

Por isso, é possível verificar que a segurança de Israel estará garantida enquanto se mantiverem as variáveis políticas, econômicas, militares e psicossociais atuais, o que não garante o fim das baixas entre sua população civil até que a paz seja selada. Quanto ao binômio estratégia de desenvolvimento e de defesa nacional, tão intimamente ligadas pelos diferentes governos israelenses, serve de exemplo ao Brasil, que até o momento prepara e executa planos para períodos governamentais de quatro anos, sem ter uma estratégia de desenvolvimento e de defesa nacional definidas e integradas. ●

Referências bibliográficas

- BROWER, Kenneth S. "A Guerra do Yom Kippur". *Military Review*, Edição Brasileira, v. 54, n. 3, p. 25-33, mar., 1974.
- CHURCHILL, Randolph S.; CHURCHILL, Winston S. *Seis dias de uma guerra milenar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.
- CRUMP, Roger L. "Análise da Guerra de Outubro". *Military Review*, Edição Brasileira, v. 54, n. 8, p. 13-28, ago., 1974.
- DAYAN, Moshe. *A Guerra do Sinai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Bloch Editores, 1972.
- GATTAZ, André. *A Guerra da Palestina*. São Paulo: Usina do Livro, 2003.
- GILBERT, Martin. *The Arab-Israeli conflict – its History in maps*. Great Britain: Redwood Burn, Limited, Trowbridge & Esher, 1974.
- GRAY, Colin S. "A Segurança de Israel". *Military Review*, Edição Brasileira, v. 53, n. 10, p. 22-35, out., 1973.
- HERZOG, Chaim. *A Guerra do Yom Kippur*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- MOROSINI, Dyonélio Francisco. *O Oriente Médio e seus conflitos. Consequências de âmbito regional e internacional. Posição brasileira*. 1976. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1976.